



LEI ORDINÁRIA Nº 536

de 05 de dezembro de 1985

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE JARDIM - MS, PARA O EXERCÍCIO DE 1985.

*ENGº JOSÉ VICENTE DE SANCTIS PIRES, PREFEITO MUNICIPAL DE
JARDIM, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, USANDO DAS
ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, FAZ SABER QUE A
CÂMARA MUNICIPAL DE JARDIM APROVOU E EU SANCIONO A
SEGUINTE LEI:*

Art. 1º..

O Orçamento Geral do Município de Jardim - MS, para o exercício financeiro de 1.985, estima a Receita em Cr\$ 2.545.000.000,00 (Dois Bilhões e Quinhentos e Quarenta Milhões de Cruzeiros) e fixa a Despesa em Cr\$ 2.491.200.000,00 (Dois Bilhões, Quatrocentos e Noventa e Um Milhões e Duzentos Mil Cruzeiros), discriminados pelos integrantes desta Lei, na forma do Decreto Lei nº 1.875 de 15 de Julho de 1981.

Art. 2º.. *O saldo apresentado de 53.800.000,00 (Cinquenta e três Milhões e Oitocentos Mil Cruzeiros), será destinado à Reserva de Contingência, cujos recursos serão utilizados como fonte compensatória para abertura de crédito suplementares.*

Art. 3º.. A Receita será realizada mediante a arrecadação dos tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e das especificações constantes do anexo nº 2 da Lei 4320/64, com o seguinte desdobramento:

<i>1 - Receitas Correntes</i>	<i>Cr\$ 2.049.000.000</i>
<i>11 - Receita Tributária</i>	<i>Cr\$ 185.000.000</i>
<i>13 -Receita Patrimonial</i>	<i>Cr\$ 10.000.000</i>
<i>14 - Receita Agropecuária</i>	<i>Cr\$ 5.000.000</i>
<i>15 - Receita Industrial</i>	<i>Cr\$ 24.000.000</i>
<i>17 - Transferências Correntes</i>	<i>Cr\$ 1.763.000.000</i>
<i>19 - Outras Receitas Correntes</i>	<i>Cr\$ 62.000.000</i>
<i>2 - Receitas de Capital</i>	<i>Cr\$ 496.000.000</i>
<i>21 - Operações de Créditos</i>	<i>Cr\$ 300.000.000</i>
<i>22 - Alienação de Bens</i>	<i>Cr\$ 16.000.000</i>
<i>24 - Transferências de Capital</i>	<i>Cr\$ 160.000.000</i>
<i>25 - Outras Receitas de Capital</i>	<i>Cr\$ 20.000.000</i>
TOTAL DA RECEITA	Cr\$ 2.545.000.00

Art. 4º..

A Despesa será realizada segundo as categorias econômicas que apresentam o seguinte desdobramento, por elemento:

<i>3111 – Pessoal Civil</i>	<i>Cr\$ 958.700.000</i>
<i>3113 – Obrigações Patronais</i>	<i>Cr\$ 12.000.000</i>
<i>3120 – Material de Consumo</i>	<i>Cr\$ 302.000.000</i>
<i>3131 – Remuneração de Serv. Pessoas</i>	<i>Cr\$ 106.000.000</i>
<i>3132 – Outros Serviços e Encargos</i>	<i>Cr\$ 202.000.000</i>
<i>3191 – Sentenças Judiciárias</i>	<i>Cr\$ 10.000.000</i>
<i>3192 – Despesas de Ex. anteriores</i>	<i>Cr\$ 5.000.000</i>
<i>3231 – Subvenções Sociais</i>	<i>Cr\$ 5.000.000</i>
<i>3233 – Contribuições Correntes</i>	<i>Cr\$ 4.000.000</i>
<i>3251 – Inativos</i>	<i>Cr\$ 2.500.000</i>
<i>3253 – Salário Família</i>	<i>Cr\$ 5.000.000</i>
<i>3254 – Apoio Financ. À Estudantes</i>	<i>Cr\$ 7.500.000</i>
<i>3255 – Assist. Médica Hosp. Odont.</i>	<i>Cr\$ 10.000.000</i>
<i>3259 – Outras Transf. à Pessoas</i>	<i>Cr\$ 2.500.000</i>
<i>3261 – Juros da Dívida Contratadas</i>	<i>Cr\$ 60.000.000</i>
<i>3280 – Contribuição ao Pasep</i>	<i>Cr\$ 24.000.000</i>
<i>TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES</i>	<i>Cr\$ 1.716.200.000</i>
<i>4110 – Obras e Instalações</i>	<i>Cr\$ 290.000.000</i>
<i>4120 – Equip. e Material Permanente</i>	<i>Cr\$ 430.000.000</i>
<i>4210 – Aquisição de Imóveis</i>	<i>Cr\$ 5.000.000</i>
<i>4351 – Amortização da Dívida Contratada</i>	<i>Cr\$ 50.000.000</i>
<i>Total das Despesas de Capital</i>	<i>Cr\$ 775.000.000</i>
<i>Total Geral da Despesa</i>	<i>Cr\$ 2.491.200.000</i>
<i>900 – Reserva de Contingência</i>	<i>Cr\$ 53.800.000</i>

Art. 5º..

Fica o Poder Executivo autorizado a:

I. *realizar operações de crédito por antecipação da Receita até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) da Receita estimada nos termos do artigo 67 da Emenda Constitucional nº 1/69;*

II. Abrir créditos suplementares, até o limite de 75% (Cento e setenta e cinco por cento) do orçamento da Despesa, nos termos do artigo 7º. da Lei nº 4.320/64;

III. vincular as cotas do ICM (Imposto de Circulação de Mercadoria), nas operações de créditos de que trata o itens I do Caput deste artigo.

Art. 6º.. Esta Lei entrará em vigor a 1º de Janeiro de 1985.

Art. 7º.. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE JARDIM, EM 05 DE DEZEMBRO
DE 1985.

ENGº JOSÉ VICENTE DE SANCTIS PREFEITO MUNICIPAL

Lei Ordinária Nº 536/1985 - 05 de dezembro de 1985

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em